



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. B. 19.93
C	23/07/93
C	<i>[Assinatura]</i>

Processo nº 11.075-001.279/91-20

Sessão de : 18 de fevereiro de 1993

ACORDÃO Nº 202-05.610

Recurso nº: 90.063

Recorrente: AGROPECUARIA TELLECHEA LTDA.

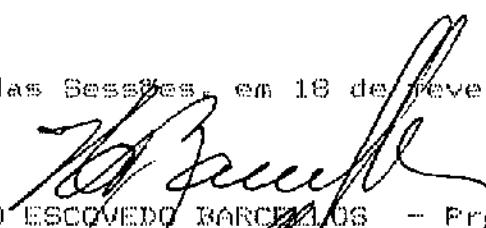
Recorrida : DRF EM URUGUAIANA - RS

DCTF - ENTREGA A DESTEMPO - Legais as IN/SRF nos 129/86 e 120/89, bem como o critério de apuração da multa aplicável nelas contidas, caso não observado o prazo legal e o sujeito passivo não tenha exercido a faculdade da denúncia espontânea (art. 138, CTN). Recurso negado.

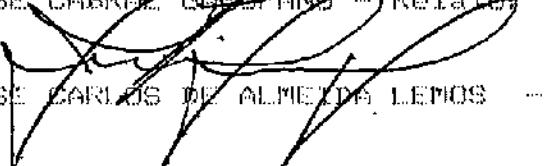
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por AGROPECUARIA TELLECHEA LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausentes os Conselheiros ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO e TERESA CRISTINA GONÇALVES FANTOZA.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro 1993.


HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - Presidente


JOSE CABRAL GOES - Relator


JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE **26 MAR 1993**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA, TARASIO CAMPELO BORGES e CRISTINALICE MENDONÇA SOUZA DE OLIVEIRA (Suplente).

fcbb/



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Xp

Processo nº 11.025-001.279/91-20

Recurso Nº: 90.063
Acórdão Nº: 202-05.610
Recorrente: AGROPECUÁRIA TELLECHEA LTDA

R E L A T O R I O

Conforme consta do Termo de Intimação (fls. 02), datado de 02.04.91, o Auditor Fiscal do Tesouro Nacional - AFTN solicitou à ora recorrente a apresentação das Declarações de Contribuições e Tributos Federais - DCTFs, relativas ao período compreendido entre 01/87 a 12/90.

Em 15.04.91 a contribuinte peticionou junto à Receita Federal-Uruguaiana/RS (fls. 03), solicitando dilação de prazo para entrega das DCTFs, pois que não existiam formulários nas livrarias locais. Em ato contínuo, apresentou os formulários DCTF (fls. 04/52), em 29.04.91, relativos ao período exigido pela fiscalização.

Pela entrega extemporânea dos formulários DCTFs, foi lavrado Auto de Infração em 02.05.91, com a devida redução legal, pelo fato de a contribuinte observar o prazo para o benefício contido na IN/SRF nº 120/89.

Em Impugnação tempestiva (fls. 59/63) ao feito fiscal, argumenta ser ilegal a aplicação da penalidade prevista na IN/SRF nº 129/86, alterada pela IN/SRF nº 120/89, pelo fato de tais atos desrespeitarem o inciso V, art. 97, do CTN. Entende que o Decreto-Lei nº 1.968/82 trata de obrigação de informar, anualmente, os rendimentos pagos a terceiros e que a IN, com base em tal diploma, instituiu novas obrigações e penalidades. Não pode inovar a ordem jurídica, criando obrigações tributárias acessórias. Não foi observada a reserva legal.

Cita decisões de Tribunais Judiciários, relativas à aplicação de multas pela SUNAB, as quais entende fazerem jurisprudência que milita a seu favor. Por último, argumenta não ser cabível a aplicação de várias multas em função de uma única infração, mesmo que continuada.

A Informação Fiscal (fls. 67/69), contestando a peça impugnatória, traz toda a legislação pertinente à matéria, daí concluindo pela legitimidade da exigência da multa pecuniária. Afirma, também, não ter sido a IN/SRF nº 129/86 criadora da penalidade sob discussão e, sim, a mesma foi instituída pelo art. 5º e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 2.124/84. Propõe a manutenção integral do lançamento fiscal.

O Julgador Singular, através da Decisão DRF/UNA/RS



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 11.075-001.279/91-20

Acórdão no 202.05.610

no 042/92 (fls. 71/73), na mesma linha da Informação Fiscal, indeferiu a impugnação ao manter a exigência originária.

Interposto Recurso Voluntário (fls. 78/82), repisa a argumentação de ilegalidade das IN/SRF que criaram obrigações acessórias, ao arreio do inciso V, art. 97, do CTN. Ataca os termos da decisão recorrida, donde se extraí:

"Dever-se destaca, que a própria decisão de 1a Instância reconhece, tacitamente, a ilegalidade de se cobrar diversas multas pelo descumprimento de uma infração da mesma origem, uma vez que tenta desvirtuar a realidade dos fatos afirmando que "FOI APLICADA APENAS UMA MULTA, CUJO VALOR, NO ENTANTO, É CALCULADO EM RAZÃO DO NÚMERO DE MESES DO DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO"!

.....
.....

Portanto, fica claro, através da leitura do texto da Instrução Normativa SRF no 129/86, que ao contrário do afirmado na decisão de 1a instância, é APLICADA UMA MULTA POR MÊS DE ATRASO que, obviamente, são cobradas de uma só vez, como praticado pela autoridade fiscal.

Desta forma não há dúvidas, que no caso presente, é aplicável a jurisprudência, no sentido de que não cabe a cobrança de várias multas em função de uma única infração, mesmo que continuada.

Assim, a Instrução Normativa no 120/89 não poderia exigir a cumulação de diversas multas pelo descumprimento de apenas um ato (a entrega em um determinado mês da DCTF)."

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 11.075-001.279/91-20
Acórdão no 202.05.610

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR JOSE CABRAL GAROFANO

O Recurso Voluntário foi manifestado dentro do prazo legal. Dele conhêço por tempestivo.

O objeto de discussão nos autos deste processo é a entrega a destempo dos formulários denominados Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF, instituída pela IN/SRF no 129/86, alterada pela IN/SRF no 120/89. A matéria é bem conhecida das três Câmaras deste Conselho de Contribuintes e é farta a jurisprudência deste Colegiado Administrativo.

O Recurso Voluntário não está a merecer provimento.

A uma, porque, o conteúdo da obrigação acessória, que desempenha função auxiliar, expressando meios endereçados à execução da obrigação principal, só adquire substância pecuniária pelo inadimplemento, hipótese em que, automaticamente (art. 113, parágrafo 3º, CTN), transforma-se em principal. Daí ser possível afirmar que como acessória e enquanto assim for, a obrigação não apresenta, jamais, conteúdo pecuniário. É o princípio da conversão.

De qualquer forma, o objeto das obrigações acessórias relaciona-se ao objeto da obrigação principal, uma vez que elas nascem e vivem para auxílio e realização desta. Mesmo que se vinculem pela origem e pela finalidade, são sempre distintas, ou melhor, juridicamente independentes.

A duas, porque, a interpretação da norma integrante o artigo 97, inciso V, do CTN, na primeira parte, obedece ao princípio *nullum poena sine lege*. No que toca à definição de infrações, não perfilhou igual orientação, fugindo ao rigorismo jurídico. São infrações as actes ou omissões contrárias aos dispositivos da lei tributária (inciso V, *in medius*). Entretanto, não há reserva de exclusividade à lei para conceituar infrações. De acordo com a cláusula final do inciso, só será indispensável a lei quando se tratar de definição "de outras infrações".

Mesmo ficando à margem da controvérsia sobre a natureza jurídica da sanção administrativa, o que não se pode olvidar é seu caráter punitivo. Daí a necessidade de observância dos princípios gerais de direito criminal, máxime os vinculados a garantias constitucionais. Dentre elas desfruta relevância o disposto no art. 19 do Código Penal, que atribui primado à prévia



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 11.075-001.279/91-20

Acórdão nº 202.05.610

definição do crime por lei anterior.

Em plano hierárquico imediatamente inferior estão arroladas as normas consideradas complementares das leis, dos tratados e convenções e dos decretos (art. 100, incisos, CTN). A característica essencial dos atos incluídos na categoria de complementares é a normatividade.

A três, porque, o Ministro da Fazenda pode eliminar ou instituir obrigações acessórias relativas a tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal (Decreto-Lei nº 2.124/84, art. 5º, por sua vez o Ministro da Fazenda delegou tal competência ao Secretário da Receita Federal (Portaria 118/84) e este a remeteu ao Coordenador do Sistema de Tributação (Port. SRF 428/87).

As IN/SRF nºs 129/86 e 120/89, como demonstrado está, não peca por falta de legitimidade, nem quanto a definição da obrigação acessória, nem quanto a exigência de multa pecuniária.

A quatro, porque, não se está exigindo diversas penalidades pecuniárias pelo descumprimento de uma norma da mesma origem. Não cabe a assertiva de serem exigidas várias multas de uma única infração. O núcleo do comando legal insito na IN/SRF 120/89 é a entrega de cada formulário fora do prazo legal, apenas, o que se acumula são os meses adotados como base para exigência da prestação pecuniária e, isto, acontece para cada formulário que deixou de ser entregue na data-prazo fixada em lei.

Descabindo, como exemplo, seria exigir a mesma multa para quem satisfaz a obrigação com um mês de atraso, ou para quem a cumpre com 50 meses de atraso. O critério da contagem dos meses para dimensionar a multa é justo e equitativo, para não tratar igual os desiguais, pelo que será mais gravosa em função do período de atraso considerado.

A cinco, porque além do fato de a jurisprudência trazida na peça recursal não se ajustar à espécie da matéria aqui tratada, tais decisões de Tribunais Judiciários não fazem jurisprudência nos Tribunais Administrativos.

A seis, porque, várias vezes já me pronunciei no sentido de ser excluída a responsabilidade do sujeito passivo – quando os formulários DCTFs foram entregues com atraso – apenas quando este toma a frente do Fisco e cumpre a obrigação acessória antes de qualquer iniciativa do poder impositivo (art. 138, CTN).



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 11.075-001.279/91-20
Acórdão nº 202.05.610

Pelas razões acima alinhadas, voto no sentido de negar provimento ao Recurso Voluntário.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 1993.


JOSE CABRAL DO NASCIMENTO